

# **ALTERAÇÕES NO INSTITUTO DA INTERDIÇÃO: Confrontações entre Novo código de Processo Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência<sup>1</sup>**

Alessandra Rizzardo Vigolo <sup>2</sup>

## **RESUMO**

A Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, altera o Código Civil de 2002, bem como algumas disposições do Código de Processo Civil de 2015, em relação à capacidade civil e a curatela. O artigo tem como objetivo analisar e mapear os reflexos da alteração da capacidade civil da pessoa com deficiência na validade dos negócios jurídicos e os novos instrumentos para a proteção da pessoa com deficiência, como o instituto da tomada de decisão apoiada. Será feito um breve estudo apontando as novas tendências legislativas e doutrinárias, contemplando uma análise das principais modificações trazidas pelas leis nº 13.105/2015 e 13.146/2015, ressaltando o princípio da dignidade da pessoa humana, a fim de que aqueles que se encontrem nessa situação possam ser plenamente incluídos na vida social sem riscos para sua própria integridade física, psíquica ou patrimonial. Caracteriza-se por ser uma pesquisa de caráter bibliográfico que tem como desafio analisar as inovações e confrontações no que concerne os procedimentos para as pessoas incapazes.

**Palavras-chave:** Interdição. Curatela. Capacidade. Código Civil. Novo Código de Processo Civil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tomada de Decisão Apoiada. Dignidade da Pessoa Humana.

## **INTRODUÇÃO**

O direito como conjunto de normas, busca regulamentar a vida dos indivíduos e estabelecer leis justas para o convívio em sociedade baseada em diversos princípios, dentre os quais se encontra o da dignidade da pessoa humana. Partindo deste princípio, se reconhecia que certas pessoas não estavam aptas a desempenhar algumas funções, seja pela idade, ou por problemas psicológicos temporários ou permanentes.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de especialização em Processo Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Aluno do curso de especialização em Processo Civil na UFRGS.

Com o advento da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 que instituiu o Novo Código de Processo Civil, bem como com a posterior entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência inúmeras modificações foram realizadas, uma vez que, foram alterados e revogados artigos do Código Civil, trazendo mudanças estruturais e funcionais no que diz respeito à teoria da incapacidade, o que afeta diretamente os institutos do Direito Civil, quais sejam: interdição e curatela, fazendo, inclusive, surgir o instituto da Tomada de Decisão Apoiada.

A interdição de pessoas incapazes e a curatela estão entre os mais antigos institutos jurídicos. Durante o decorrer dos anos, a curatela voltou-se para a proteção patrimonial. A importância do estudo está intimamente ligada ao reconhecimento da dignidade como valor fundamental, inerente à pessoa humana e a humanização das relações sociais e jurídicas, que denunciam a carência dos institutos bem como a necessidade de adequações na legislação atual.

A chegada da Lei 13.146/2016, indiscutivelmente representa um avanço quanto a proteção da pessoa com deficiência, sendo o mais importante instrumento do sistema normativo inclusivo, privilegiando o princípio da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Todavia, por se tratar de uma lei de recente implementação, ainda não sabemos dos seus reais impactos e os efeitos que sua aplicação poderá acarretar futuramente.

A escolha do tema se deve ao forte impacto trazido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem ilucidado debates entre os civilistas, principalmente por acabar com a incapacidade absoluta em razão de deficiência física ou mental prevista no sistema anterior. Isto é, o Estatuto traduziu uma verdadeira conquista social, ao consagrar um sistema normativo inclusivo, que traz o princípio da dignidade da pessoa humana em diversos níveis.

O objetivo principal do presente artigo é mapear a nova legislação processual civil relativa aos institutos protetivos da interdição e curatela, bem como as modificações trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência,

ressaltando os conflitos existentes entre os dois diplomas e os desafios remanescentes nessa seara. Os objetivos específicos da pesquisa são: abordar e discutir conceitos sobre o tema encontrados na bibliografia da área; definir a interdição e a curatela, e focar as modificações que tutelam o interesse dos indivíduos trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência que atingem diretamente o Novo Código de Processo Civil e o Código Civil.

## **2 CAPACIDADE CIVIL E TEORIA GERAL DAS INCAPACIDADES NO DIREITO BRASILEIRO**

A partir da entrada em vigor da Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, a pessoa com deficiência – isto é, aquela que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, nos termos do seu art. 2º - não deve mais ser considerada civilmente incapaz, na medida em que os artigos do diploma legal, deixam claro que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa<sup>3</sup>.

Essa mudança de grande magnitude está representando uma verdadeira "desconstrução ideológica" que apresenta alguns efeitos, dos quais exigirão “esforço de adequação hermenêutica” visto que modifica os diplomas legais anteriores, tais como o Código Civil e, inclusive, o Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor no dia 18 de março de 2016<sup>4</sup>.

### **2.1 A figura jurídica da pessoa com Deficiência – Um breve contexto na História**

Na História da Humanidade, sempre existiram pessoas com algum tipo de limitação e/ou restrição, sendo tratadas por anos com descaso, preconceito, indiferença e rejeição pela sociedade. Como exemplo, na Antiga Roma, crianças

---

<sup>3</sup> TARTUCE. Flávio. **É O FIM DA INTERDIÇÃO?** Artigo de Pablo Stolze Gagliano. Disponível em: <<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-depablo-stolzegagliano>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

<sup>4</sup> SIMÃO. José Fernando. **ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CAUSA PERPLEXIDADE (Parte I)**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-06/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-causa-perplexidade>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

que nascessem com anomalias ou, aqueles que desenvolvessem doenças com o tempo eram sacrificados. Quando não executados,

Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes. Tragicamente, esta prática repetiu-se várias vezes na história, não só em Roma<sup>5</sup>.

No século I, ocorreram mudanças na forma em que as pessoas com deficiência eram vistas, uma vez que, com a influência do Cristianismo, os seus princípios contribuíram para a criação de hospitais voltados aos deficientes. Nos séculos V e XV continuaram a existir locais para atendimento de doentes e deficientes, todavia, começou a nascer a concepção de que as incapacidades eram castigos divinos, e assim, as pessoas portadoras de alguma deficiência passam novamente, a serem discriminadas.

Somente nos séculos XV e XVII, ocorre uma mudança Sociocultural. Com o avanço da ciência e com a libertação das crendices, na qual se reconhece o valor dos seres humanos. Esse novo modo de pensar,

“...alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais”<sup>6</sup>.

Porém, somente no século XIX e XX o mundo desenvolveu-se de fato levando a uma maior aceitação da deficiência devido ao aparecimento de novos pensamentos e mentalidades. Isto é, “Surge o interesse pela educação nos países desenvolvidos, provocando o início do atendimento aos deficientes, bem

---

<sup>5</sup> SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem de hoje. São Paulo: Cedas, 1987. p. 130.

<sup>6</sup> SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem de hoje. São Paulo: Cedas, 1987. p. 226.

como o aparecimento da educação especial destinada a um movimento de inclusão escolar e social”<sup>7</sup>.

O fato é que, ao longo de nossa história, assim como ocorreu em outros países, a deficiência foi tratada em ambientes hospitalares e assistenciais. Houve um lento processo na busca de respeito e igualdades com vistas a inclusão social. No Brasil, as constituições de 1824 e 1891 nada traziam acerca das pessoas portadoras de deficiência em seu texto legal.

Igualmente, as Constituições de 1937, de 1946 e 1967, não trouxeram significativos avanços, restringindo-se apenas a garantir o direito à igualdade. Dessa forma, temos que a questão da deficiência começou a ser difundida a partir de 1981, no qual a partir daí observa-se um avanço na legislação nacional sobre o tema.

Como marco desse desenvolvimento, temos que no ano de 1981, foi declarado pela ONU o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), na qual teve por objetivo, chamar a atenção da sociedade para a questão da deficiência. De acordo com Emilio Figueira:

Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância<sup>8</sup>.

Alguns anos mais tarde, “a Constituição de 1988, trouxe a questão da deficiência centralizando o tema no princípio da igualdade”<sup>9</sup>, bem como, inúmeras medidas legais de proteção e inclusão foram criadas buscando resguardar a pessoa com deficiência e inclui-la na sociedade, até mesmo,

---

<sup>7</sup> SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem de hoje**. São Paulo: Cedas, 1987. p. 229.

<sup>8</sup> FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. 2.ed., São Paulo: Giz Editora, 2008. p. 115.

<sup>9</sup> ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997. p. 62.

sobreveio no ano de 2006, na cidade de Nova Iorque, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Nessa senda, é importante conceituar e definir o que seria uma pessoa portadora de deficiência. Conforme Cidinei Bogo Chatt, o termo teve sua origem no art. 1º da Resolução 3447 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 09 de Dezembro de 1975,

1. A expressão “pessoa deficiente” designa qualquer pessoa incapaz de satisfazer por si própria, no todo ou em parte, as necessidades de uma vida normal individual e/ou social, em resultado de deficiência, congénita ou não, nas suas faculdades físicas ou mentais<sup>10</sup>.

Em 1980, a Organização Mundial de Saúde definiu deficiência como sendo qualquer perda ou anormalidade na estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Atualmente temos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, no qual conceitua a pessoa com deficiência como sendo:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas<sup>11</sup>.

O fato é que, o Estatuto da Pessoa com Deficiência inovou, trazendo um conjunto de leis que visam garantir benefícios e medidas de maior igualdade e de inclusão para as pessoas com deficiência na sociedade, o que segundo Pablo Stolze traduz uma verdadeira conquista social<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> CHATT, Cidinei Bogo. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência e os aspectos jurídicos para sua efetivação**. Boletim Clubjus, v. IV, p. 128.

<sup>11</sup> BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

<sup>12</sup> STOLZE, Pablo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência e Sistema de Incapacidade Civil**. Revista Jus Navegandi, Teresina, ano 20, n.4411, 30 jul. 2015. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/41381/oestatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-o-sistema-juridicobrasileiro-de-incapacidade-civil>>. Acesso em 13 jul.2017.

Inclusive, vale destacar o art. 84 do Estatuto no qual busca não interferir no exercício da capacidade legal da pessoa com deficiência, permanente ou temporária, assegurando o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

## **2.2 Personalidade e Capacidade civil das pessoas com deficiência mental**

De acordo com a doutrina, a personalidade jurídica seria a aptidão para ser titular de direitos e deveres que transforma uma pessoa em sujeito de direitos. Assim, fica o mesmo autorizado a praticar os atos jurídicos da vida civil e passa a poder integrar qualquer relação jurídica. Assim, tem-se que a personalidade seria a imputação de direitos e deveres às pessoas físicas e jurídicas<sup>13</sup>.

Segundo Tartuce, a personalidade pode ser compreendida como “aquilo que a pessoa é”, sendo uma soma de aptidões. Nesse sentido

Como se sabe, a todo o direito deve corresponder um sujeito, uma pessoa que detém a sua titularidade. Por isso, prescreve o art. 1º do Código Civil que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil<sup>14</sup>.

Assim, temos que a personalidade é reconhecida a todos os indivíduos de modo universal, como preceitua o art. 1º do Código Civil de 2002, colocando o ser humano como centro do ordenamento jurídico e sujeito das relações jurídicas.

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> SCHREIBER, A. **A Marcha Infinita da Personalidade**. In\_\_\_\_\_ (Org.). Direitos da Personalidade. São Paulo: Atlas, 2013. p.219.

<sup>14</sup> TARTUCE. Flávio. Direito Civil -Volume 1-Lei de Introdução e Parte Geral. 9. ed., São Paulo: Ed. GEN / Método, 2013. p. 115.

<sup>15</sup> BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

Por se tratar de uma condição inerente ao ser humano, não necessita da vontade pessoal, pois, independentemente de qualquer situação, um indivíduo é sempre uma pessoa, dotado de personalidade, “atributo inseparável do homem dentro da ordem jurídica, qualidade que não decorre de qualquer requisito psíquico e também dele inseparável”<sup>16</sup>.

Portanto, a capacidade pode ser entendida como uma incumbência conferida pelo ordenamento para que as pessoas físicas ou jurídicas possam figurar como sujeitos das relações jurídicas, sendo um dos elementos da personalidade.

Já a capacidade, seria “a medida jurídica da personalidade”, podendo ser fragmentada em dois segmentos

Capacidade de direito ou de gozo: é aquela comum a toda pessoa humana, inerente a personalidade, e que só se perde com a morte prevista no texto legal, no sentido de que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. (Art. 1º CC).  
Capacidade de fato ou de exercício: é aquela relacionada com o exercício próprio dos atos da vida civil<sup>17</sup>.

Assim, a capacidade de direito/gozo difere da capacidade de fato/exercício, uma vez que a primeira pode ser entendida como uma posição estática que diz respeito aos direitos inerentes a todos os cidadãos, enquanto que, por outro lado, a capacidade de fato ou de exercício diz respeito a uma atividade dinâmica que pode ser realizada somente por certos indivíduos.

Toda a pessoa tem capacidade de direito, mas não necessariamente a capacidade de fato, pois pode lhe faltar a consciência para o exercício dos atos de natureza privada. Desse modo, a capacidade de direito não pode, de maneira alguma, ser negada a qualquer pessoa, podendo somente sofrer restrições quanto ao seu exercício<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> PEREIRA, C. M. da S. **Personalidade e direitos da personalidade**. In \_\_\_\_\_ (Org.). Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. vol.1. p.177.

<sup>17</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Vol. 1. 18.ed., São Paulo: Saraiva, 2002. p. 135.

<sup>18</sup> TARTUCE, Flávio. **Direito Civil -Volume 1-Lei de Introdução e Parte Geral**. 9. ed., São Paulo: Ed. GEN / Método, 2013. p. 125.



Os dois institutos não se confundem, mas sim complementam-se pois que, a habilidade para utilização de direitos (capacidade) pressupõe a titularidade dos mesmos (personalidade). Por esta razão, o início da personalidade dá causa ao reconhecimento da capacidade em sentido abstrato.

Porém, não são todos os indivíduos que detém capacidade para concretizar de forma pessoal os seus direitos em razão de haverem, por vezes, algumas limitações, precisando da assistência ou interferência de outras pessoas para a prática dos atos da vida civil e até mesmo para seus negócios jurídicos terem validade.

Isto é, tem-se que a falta ou redução do discernimento macula a vontade e invalida a manifestação, essencial para a conclusão dos negócios jurídicos. Assim, a incapacidade civil seria o estado no qual se limita legal ou juridicamente o exercício da vida civil a um indivíduo.

Os impasses e as dificuldades relativos a prática dos atos da vida civil podem ser mais ou menos graves, razão pela qual o direito estabeleceu uma graduação das incapacidades. A diferença entre as duas modalidades - absoluta e relativa - impõe uma diferenciação das formas de proteção (representação e assistência).

Há duas espécies de incapacidade: absoluta (CC, art. 3º) e relativa (CC, art. 4º). Na primeira considera-se o incapaz sem nenhuma condição para decidir se determinado ato ou negócio jurídico lhe aproveita. Sua opinião é juridicamente irrelevante e a vontade do sujeito de direito será formada exclusivamente pela manifestação exteriorizada por outrem (o representante). Na segunda, já se reconhece no incapaz alguma aptidão psíquico-física para decidir sobre o que lhe interessa. Sua opinião é relevante para o direito e sem sua vontade ou contra ela o negócio jurídico não se constitui<sup>19</sup>.

De acordo com Flávio Tartuce, a incapacidade absoluta se refere a situações em que há proibição total para o exercício de direitos, ou seja, os

---

<sup>19</sup> COELHO, F. U. **A Pessoa Física**. In \_\_\_\_\_ (Org.). Curso de Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p.177.

absolutamente incapazes possuem direitos, porém não podem exercê-los de forma pessoal devendo ser representados por alguém. Quanto aos relativamente incapazes, esses podem praticar por si só os atos da vida civil, desde que assistidos. “Confrontada com a incapacidade absoluta, a incapacidade relativa diz respeito àqueles que podem praticar os atos da vida civil, desde que haja assistência”<sup>20</sup>.

As causas geradoras de incapacidade civil advindas de um processo histórico, social, político e econômico específico, por vezes, refletiram preconceitos que destruíram a natureza protetiva do instituto e acabam por afastar os incapazes de vivências negociais<sup>21</sup>.

É sob a perspectiva destes últimos argumentos que se fundamenta a Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na qual procurou trazer modificações benéficas aos “incapazes”. Este diploma legal se baseia na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (CDPD) aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/08 e promulgada pelo Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, data de início da sua vigência no plano interno.

As três principais alterações contidas na lei são: a diminuição das causas de incapacidade absoluta, restando somente a hipótese do menor impúbere; a relativização da incapacidade por falta ou dificuldade de manifestação da vontade, antes tida como total; e a atribuição da capacidade plena para os deficientes e excepcionais, exceto quando se enquadrarem na situação anterior.

De acordo com Lei n. 13.146/2015, uma pessoa que tenha impedimento de longo prazo, seja qual for sua natureza (física, mental, intelectual ou

---

<sup>20</sup> TARTUCE, Flávio. Direito Civil -Volume 1-Lei de Introdução e Parte Geral. 9. ed., São Paulo: Ed. GEN / Método, 2013. p. 129.

<sup>21</sup> COELHO, F. U. **A Pessoa Física**. In \_\_\_\_\_ (Org.). Curso de Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2012. p.177.

sensorial), não pode mais ser considerada incapaz, conforme disposto no art. 6º do diploma legal, vejamos

Art. 6º. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I - casar-se e constituir união estável;
- II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e
- VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 7º. É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência<sup>22</sup>.

Com isso, todos os incisos do art. 3º do Código Civil, que abordavam sobre a incapacidade e que continham a redação abaixo, foram revogados.

Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I – Os menores de dezesseis anos;
- II – Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade<sup>23</sup>.

A nova redação do art. 3º do Código Civil elenca que “são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos”. Ou seja, no ordenamento jurídico brasileiro passamos a ter apenas uma hipótese de incapacidade absoluta, qual seja, a dos menores de 16 anos, assim sendo, não existe pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade. Assim,

---

<sup>22</sup> BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

<sup>23</sup> BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil<sup>24</sup>.

Igualmente, o art. 4º do Código Civil que trata dos relativamente incapazes foi modificado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 4 São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I – Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - Os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV – Os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

As alterações nos arts. 3º e 4º da legislação consistem em uma inovação no sentido de que a antiga teoria das incapacidades colocava a debilidade do sujeito como uma causa determinante para a impossibilidade de prática pessoal dos atos civis, o que nem sempre se revelava verdadeiro e necessário.

Inclusive, verifica-se que as alterações tiveram como objetivo promover a igualdade de condições das pessoas com deficiência na participação da vida na sociedade através de políticas de inclusão pautadas no princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III da CRFB/88), criando uma rede de proteção a estes cidadãos.

### **2.3 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Teoria das Incapacidades e no Estatuto da Pessoa com Deficiência**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um processo de reconstrução dos direitos humanos a nível global. Esse movimento começa a voltar-se para a concepção de equidade, atentando para as diferenças entre os indivíduos e para a necessidade da atuação do Estado com o objetivo de suprir

---

<sup>24</sup> TARTUCE, Flávio, **O novo CPC e o Direito Civil - Impactos, Diálogos e Interações**. São Paulo: Método, 2015.

essas disparidades. O marco principal é a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, marcada pela proteção em geral, bem como pelo princípio da não discriminação.

Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, o processo de internacionalização dos direitos humanos começou a se desenvolver. Surgiram inúmeros tratados internacionais em resposta às atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, visando resguardar e proteger os direitos da pessoa humana. Os líderes dos Estados passam a acordar na criação de normas internacionais de proteção dos direitos humanos, o que se tornou um dos principais objetivos da sociedade internacional<sup>25</sup>.

Assim, o estado legitimador do Direito passou a ser voltado para a compreensão do ser humano sob um olhar filosófico direcionado à dignidade da pessoa humana, indo além, buscando o processo de formação ontológica do homem.

A dignidade da pessoa humana deve ser reconhecida pelo Direito, não como questão de validade da norma jurídica, senão como sentido do ser, como algo preexistente e anterior a todo fenômeno jurídico. É uma espécie de a priori do conhecimento da ontologia como hermenêutica da facticidade, como analítica existencial<sup>26</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinado em Paris, em 1948, constitui a mais importante conquista dos direitos humanos fundamentais em nível internacional. No Brasil, os direitos fundamentais do homem foram consagrados na Lei Maior do país, a Constituição Federal de 1988. Dentre esses direitos e garantias, destaca-se o direito de igualdade e a dignidade da pessoa humana.

A questão da igualdade vem traduzida em diversos dispositivos, além da regra genérica da igualdade, presente no art. 5º da Constituição. O constituinte

---

<sup>25</sup> MAZZUOLI, Valério. **Direitos Humanos, cidadania e educação**. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. Disponível em [www.jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2074](http://www.jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2074). Acesso em: 20 de jul. 2017.

<sup>26</sup> MELLO, Cleyson de Moraes. **Código Civil Comentado e Interpretado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2010. p. 33.

inclusive, traz em seu art. 7º, inciso XXXI, a igualdade existente nas pessoas com deficiência ao garantir a “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência”. Dessa forma, temos que a “Constituição de 1988, trouxe a questão da deficiência centralizando o tema no princípio da igualdade”<sup>27</sup>.

Atualmente, a preocupação está relacionada aos Direitos Humanos e a eficácia destes, uma vez que tais direitos mesmo possuindo toda fundamentação e tratarem de valores supremos, são, muitas vezes, inobservados perante a sociedade, principalmente em relação aos deficientes, pois esses sofriam com a destinação de preconceitos e privação de direitos, conforme anteriormente mencionado.

Utilizavam-se expressões como inválidos, incapazes e excepcionais. A Constituição Federal de 1988 acabou introduzindo a expressão pessoa portadora de deficiência, que se aplica atualmente em nossa legislação. Adota-se igualmente, a expressão pessoas com necessidades especiais. Todas elas demonstram uma transformação no tratamento que vai da invalidez e incapacidade, na tentativa de nominar a característica peculiar da pessoa, sem estigmatizá-la e priva-la.

A incapacidade do adulto com deficiência intelectual, antes da vigência do Estatuto, ocorria pela interdição, o que deveria ser uma medida extrema e excepcional, e não a única a ser adotada. Igualmente, instituir desnecessariamente um curador, ao invés de proteger, acarreta uma intervenção infundada na capacidade civil e na autonomia do sujeito, ferindo sua dignidade e demais direitos fundamentais<sup>28</sup>.

Na legislação civil, o regime das incapacidades busca amparar a pessoa protegendo seu patrimônio dela mesma. Contudo, esse posicionamento tem sido

---

<sup>27</sup> ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997. p. 62.

<sup>28</sup> ABREU, Celia Barbosa. **A flexibilização da curatela**. Uma interpretação constitucional do art. 1772 do CCB. In: Revista Trimestral de Direito Civil, v. 37. jan/mar, 2009, p. 3.

revisto por contrariar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, bem como as políticas públicas de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. O Estatuto da Pessoa com Deficiência surge para retificar essa distorção no regime da capacidade civil, todavia, colide com a legislação civil ao declarar a pessoa adulta com deficiência plenamente capaz para exercer seus direitos e de decidir sobre casamento, sexualidade, filhos, família e aspirações.

A Lei 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, teve por intuito efetivar e promover, em condições de igualdade o exercício desses direitos aos portadores de deficiência, com o objetivo de rever as disparidades e restabelecer o equilíbrio psíquico, acometido pela falta ou redução de discernimento de certos indivíduos, visando à sua inclusão social e cidadania<sup>29</sup>.

Tais cuidados visam estabelecer a equivalência entre partes desiguais, resguardando os mentalmente deficitários. Trata-se do emprego de instrumentos formais para a conquista da igualdade material e da justiça social.

As disparidades de condições econômicas e sociais podem, ou melhor, devem, ser tratadas de forma diversa, isto é, sem paridade. A paridade de tratamento justifica-se, sempre, com fundamento na lógica da justiça retributiva e da *par conditio*, enquanto que a igualdade constitucional tende a realizar a igual dignidade social, removendo os obstáculos que limitam a liberdade dos cidadãos, de maneira a realizar a justiça social e distributiva. (...) A paridade de tratamento exaure-se no princípio retributivo. O princípio da igualdade supera a posição formal da paridade para realizar a igualdade substancial: quando existe desigualdade de fato, não existe espaço para o princípio da paridade de tratamento<sup>30</sup>.

Esse posicionamento legal está de acordo com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que impõe o dever de dirigir o olhar à pessoa

---

<sup>29</sup> PEREIRA, C. M. da S. **Personalidade e direitos da personalidade**. In \_\_\_\_\_ (Org.). Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011, vol.1. p.177.

<sup>30</sup> PERLINGIERI, P. **Perfis do Direito Civil**: Introdução ao Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 46.

e não à sua deficiência, que até será considerada, mas para fins de inclusão, nunca para impedir o exercício de seus direitos.

### **3 A NOVA DINÂMICA DOS INSTITUTOS PROTETIVOS**

Com a implementação da Lei Brasileira de Inclusão, houve modificações estruturais e funcionais no que diz respeito às incapacidades, conforme já mencionado. Essas mudanças afetaram os institutos assistenciais da interdição e da curatela, trazendo inclusive a figura da tomada de decisão apoiada através da Lei nº 13.146, de 2015, conforme se verificará a seguir.

#### **3.1 Considerações Gerais sobre a Mudança de Paradigma nos Institutos da Interdição e da Curatela**

A interdição é uma ação proposta no âmbito civil, pela qual a autoridade priva o incapaz de praticar os atos da vida civil, nomeando-lhe assim, um curador. Segundo Sarmento, a interdição é o ato judicial pelo qual o juiz declara a incapacidade real e efetiva de pessoa maior, para a prática de certos atos da vida civil e para a regência de si mesma e de seus bens<sup>31</sup>.

Por sua vez, a curatela se constitui de um encargo conferido a outrem num processo de interdição com o intuito de proteger aquele que não consegue administrar sozinho seus bens e sua vida civil. Pontes de Miranda define curatela da seguinte forma:

Curatela ou curadoria é o cargo conferido por lei a alguém, para reger a pessoa e os bens, ou somente os bens, de pessoas menores, ou maiores, que por si não podem fazer, devido a perturbações mentais, surdo-mudez, prodigalidade, ausência, ou ainda não terem nascido<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> SARMENTO, Eduardo Sócrates Castanheira. **A Interdição no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p.1.

<sup>32</sup> MIRANDA, Pontes de. **Definição e espécies de curatela**. In Tratado de Direito Privado. 1. ed. Campinas: Bookseller, 2000, Parte Especial. Tomo IX. Direito de família: Direito parental. Direito Protetivo. p. 373.



Com a entrada em vigor da Lei 13.105, de 16 de março de 2015, que instituiu o Código de Processo Civil, o processo judicial de interdição sofreu profundas mudanças, que impactaram até mesmo no Código Civil de 2002, na qual pode-se observar que foram revogados expressamente os artigos 1768 e 1773 do Código Civil de 2002<sup>33</sup>.

Igualmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/2015) entrou em vigor atingindo muitos dispositivos do Código de Processo Civil de 2015. Nesse sentido, Flávio Tartuce, ressalta a necessidade de se interpretar adequadamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil de 2015, para se tentar amenizar os efeitos de um verdadeiro "atropelamento legislativo"<sup>34</sup>.

De acordo com Fredie Didier Jr.

O CPC-2015 alterou profundamente o procedimento da interdição. Em razão disso, promoveu expressamente a revogação de artigos do Código Civil. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, no entanto, alterou artigos que o CPC havia revogado. É preciso compatibilizar isso, portanto<sup>35</sup>.

Nos deparamos aqui com um atropelamento legislativo, no sentido de que o Estatuto da Pessoa com Deficiência aboliu o processo de interdição, sendo que o CPC/2015 está todo baseado neste processo.

---

<sup>33</sup> Art. 1.072. Revogam-se:

I - o art. 22 do Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937;

II - os arts. 227, 229, 230, 456, 1.482, 1.483 e 1.768 a 1.773 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

III - os arts. 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 11, 12 e 17 da Lei no 1.060, de 5 de fevereiro de 1950;

IV - os arts. 13 a 18, 26 a 29 e 38 da Lei no 8.038, de 28 de maio de 1990;

V - os arts. 16 a 18 da Lei no 5.478, de 25 de julho de 1968; e

VI - o art. 98, § 4º, da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011. Brasília, 16 de março de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

<sup>34</sup> TARTUCE, Flávio. **Alterações do Código Civil pela lei 13.146/2015** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. Parte II. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI225871,51045Alteracoes+do+Código+Civil+pe+la+lei+131462015+Estatuto+da+Pessoa+com>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

<sup>35</sup> DIDIER Jr. Fredie. **Editorial 187 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil de 2015 e Código Civil: uma primeira reflexão**. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-187/>>. Acesso em: 03 de set. 2017.

“Embora o novo CPC ainda faça alusão à interdição, trata-se de expressão que deve ser abandonada, haja vista a existência de um estatuto todo voltado especificamente para a pessoa com deficiência e que teve o especial cuidado de abolir aquela expressão”<sup>36</sup>.

No direito brasileiro não existe mais pessoa absolutamente incapaz que seja maior de 18 anos, sendo assim, não há de se falar em ação de interdição absoluta, uma vez que os menores não são interditados. Logo, todas as pessoas com deficiência, passam a ser plenamente capazes para o Direito Civil, ficando sujeitos a interdição apenas os ébrios habituais, os toxicômanos e os pródigos, de acordo com o art. 1.767 do Código Civil, na qual nos traz o rol taxativo das pessoas sujeitos a curatela, este já modificado por força do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I – Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

II - (Revogado);

III - Os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

IV - (Revogado);

V – Os pródigos<sup>37</sup>.

Assim, não há mais a menção às pessoas com discernimento mental reduzido e aos excepcionais, tidos agora como plenamente capazes pelo sistema. Flávio Tartuce faz uma crítica a essa nova previsão trazida pela Lei de Inclusão:

Aliás, aqui pode ser feita uma crítica em relação ao novo sistema de interdição inaugurado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Isso porque, não só o sociopata como também o psicopata, anteriormente enquadrados como absolutamente incapazes, deveriam continuar a ser interditados. Ora, com a mudança engendrada pela Lei 13.146/2015, somente são absolutamente incapazes os menores de 16 anos, não sendo possível enquadrar tais pessoas no rol de relativamente incapazes do art. 4.º do CC/2002. Em suma, serão tais pessoas plenamente capazes, para fins civis, o que não parece fazer

---

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Rogério Alvarez de. **O novo sistema de (in)capacidades e a atuação do MP na curatela.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-18/mp-debate-sistema-incapacidades-atuacao-mp-curatela>>. Acesso em 19 de jul. 2017.

<sup>37</sup> BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

sentido. Infelizmente, o legislador pensou apenas na pessoa com deficiência, deixando de lado situações concretas<sup>38</sup>.

Mas afinal, estaríamos diante do fim da interdição? De acordo com Célia Barbosa Abreu, “não é o fim do “procedimento de interdição”, mas sim, do standard tradicional da interdição, em virtude do fenômeno da “flexibilização da curatela”, que nada mais é que uma medida protetiva personalizada, ajustada à efetiva necessidade daquele que se pretende proteger”<sup>39</sup>.

Flávio Tartuce aduz que a figura da “interdição completa” e do “curador todo-poderoso e com poderes indefinidos, gerais e ilimitados” esvanece, eis que o Estatuto é expresso ao afirmar que a curatela é extraordinária e restrita a atos de conteúdo patrimonial ou econômico, podendo inclusive, ser concedida parcialmente, conforme anteriormente mencionado<sup>40</sup>.

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

§ 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado<sup>41</sup>.

Dessa forma, tem-se que o procedimento de interdição (ou de curatela), disposto no Código de Processo Civil de 2015 continuará existindo, porém, com

---

<sup>38</sup> TARTUCE, Flávio. Direito Civil -Volume 5-Direito de Família. 11. ed., Rio de Janeiro: Ed. GEN/Forense, 2016, p. 656.

<sup>39</sup> ABREU, Célia Barbosa. **Primeiras Linhas sobre a Interdição após o Novo Código de Processo Civil**. 2015, Curitiba: Ed. CRV, pág. 22.

<sup>40</sup> TARTUCE, Flávio. **É O FIM DA INTERDIÇÃO?** Artigo de Pablo Stolze Gagliano. Disponível em: <<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-depablo-stolzegagliano>>. Acesso em: 10 de set. 2017.

<sup>41</sup> BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 22 de set. 2016.

uma nova perspectiva, limitada aos atos de conteúdo econômico ou patrimonial, como bem acentuou Rodrigo da Cunha Pereira<sup>42</sup>.

Note-se que a lei diz se tratar de uma medida extraordinária, o que reforça a sua excepcionalidade, devendo ser adotada somente quando for realmente necessária. Isto é, se é uma medida extraordinária é porque existe uma outra via assistencial da qual pode se valer a pessoa com deficiência para que possa atuar na vida social livre do estigma da incapacidade: A tomada de decisão apoiada.

### **3.2 Nasce um novo Instituto – Da Tomada da Decisão Apoiada**

Com a implementação do Estatuto da Pessoa com deficiência, foi criado um novo instituto, da Tomada de Decisão Apoiada, na qual “[...] determinou que o Título IV do Livro IV da Parte Especial do Código Civil passe a vigorar com a seguinte redação: Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada”<sup>43</sup>.

Nelson Rosenvald diz:

A tomada de decisão apoiada não surge em substituição à curatela, mas lateralmente a ela, em caráter concorrente, jamais cumulativo. Em razão dessa forçosa convivência, paulatinamente a doutrina terá que desenvolver critérios objetivos para apartar a sutil delimitação entre o âmbito de aplicação de cada uma dessas medidas. Desde já podemos cogitar das zonas cinzentas em que concorrem todos os pressupostos legais para a incapacitação judicial, porém, antes que se inicie o processo de interdição, o vulnerável delibera por requerer a Tomada de Decisão Apoiada<sup>44</sup>.

Ou seja, ao lado da curatela, passará a existir o processo da tomada de decisão apoiada, que visa o auxílio da pessoa com deficiência. Assim, temos

---

<sup>42</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Lei 13.146 acrescenta novo conceito para capacidade civil**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-10/processo-familiar-lei-13146-acrescenta-conceito-capacidade-civil>>. Acesso em: 22 de jul. 2016.

<sup>43</sup> TARTUCE, Flávio. *Direito Civil -Volume 5-Direito de Família*. 11. ed., Rio de Janeiro: Ed. GEN/Forense, 2016, p. 260.

<sup>44</sup> ROSENVALD, Nelson. **A tomada da decisão Apoiada**. Disponível em:<<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>> Acesso em: 20 jul. 2017.

que a Lei nº 13.146/15 em seu artigo 116 cria a figura da Tomada de Decisão Apoiada consignada no Capítulo III do Título IV do Código Civil a partir da inclusão do art. 1.783-A. Vejamos:

Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

§ 2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.

§ 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

§ 4º A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

§ 5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.

§ 6º Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

§ 7º Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

§ 8º Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio.

§ 9º A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

§ 10. O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria.

§ 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela<sup>45</sup>.

O legislador buscou conceituar a tomada de decisão apoiada como o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos duas pessoas idôneas para auxiliá-lo na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os subsídios necessários para que possa exercer a sua capacidade<sup>46</sup>.

Registra Nelson Rosenvald que:

A Lei 13.146/15 criou a Tomada de Decisão Apoiada (art. 1.783-A, CC) como *tertium genus* protetivo em prol da assistência da pessoa deficiente que preservará a capacidade civil. Esse novo modelo jurídico se coloca de forma intermediária entre os extremos das pessoas ditas normais – nos aspectos físico, sensorial e psíquico – e aquelas pessoas com deficiência qualificada pela impossibilidade de expressão que serão curateladas e se converterão em relativamente incapazes. A partir de Janeiro de 2016 haverá uma gradação tripartite de intervenção na autonomia: a) pessoas sem deficiência terão capacidade plena; b) pessoas com deficiência se servirão da tomada de decisão apoiada, a fim de que exerçam a sua capacidade de exercício em condição de igualdade com os demais; c) pessoas com deficiência qualificada pela curatela em razão da impossibilidade de autogoverno serão interditadas<sup>47</sup>.

A tomada de decisão apoiada tem inspiração no *Codice Civile* da Itália, em seus arts. 404 a 413, na qual trazem a figura do chamado *amministratore di sostegno*, sendo paralelamente difundido em outros países, como, por exemplo, na Argentina em seu *Código Civil y Comercial de la Nación*, com vigência a partir de 2016, na qual contempla em seu art. 43, o denominado sistema de *Apoyo al ejercicio de la capacidad*.

---

<sup>45</sup> BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

<sup>46</sup> BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 23 de jul. 2017.

<sup>47</sup> ROSENVALD, Nelson. **Em 11 perguntas e respostas**: tudo que você precisa para conhecer o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1480153702302318&id=1407260712924951&substory\\_index=0](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1480153702302318&id=1407260712924951&substory_index=0)>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

O instituto contemplado pelo Direito Civil da Argentina diferentemente da “*amnistrazione di sostegno*” do direito italiano, reafirma a capacidade civil da pessoa com deficiência e destaca sua autonomia para a tomada de decisões. Conforme leciona Claudio Marcelo Alderete sobre os *apoyos*, “*el objetivo es promover y consolidar la autonomía de las personas con discapacidad, a partir de ello su participación plena e inclusión en la vida social, en todos sus aspectos*”<sup>48</sup>.

No Brasil, conforme já mencionado, o novo instituto não substitui a curatela, mas, ao contrário, serve de suas disposições gerais sobre prestação de contas (§11) e com ela concorre. Trata-se de um negócio jurídico no qual o objetivo é a preservação da livre manifestação de vontade da pessoa apoiada, na qual manterá sua capacidade de fato.

Cremos, inclusive, que a tomada de decisão de apoio poderá contribuir decisivamente para uma “avalanche” de levantamento de interdições. Em vez de restringirmos a possibilidade da pessoa curatelada acessar o regime de tomada de decisão apoiada enquanto não ocorre o levantamento da curatela, podemos tranquilamente admitir que, com base no tradicional, “quem pode o mais, pode o menos”, defira-se à pessoa curatelada— ou o curador, ou o Ministério Público — a legitimidade de, alternativamente ao requerimento de levantamento de curatela (que se acolhido lhe restituirá capacidade plena), pleitear ao juiz competente a substituição da curatela pelo modelo de tomada de decisão apoiada, no qual se libertará das amarras da incapacidade relativa, com preservação do importante auxílio de dois apoiadores<sup>49</sup>.

Assim, verifica-se que, o propósito do pedido da tomada de decisão apoiada é autorizar a pessoa com deficiência a tomar qualquer decisão, desde que apoiada pelos seus apoiadores, que darão toda a segurança a qualquer ato jurídico praticado pelo apoiado, ou mesmo negócio jurídico por ele celebrado,

---

<sup>48</sup> ALDERETE, C. M. **El sistema de apoyos en la toma de decisiones de las Personas con Discapacidad. Propuestas y comentarios.** Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/claudio-marcelo-alderete-sistema-apoyos-toma-decisiones-personas-discapacidad-propuestas-comentarios>>. Acesso em: 30 maio. 2017.

<sup>49</sup> ROSENVALD, N. **A Tomada de Decisão Apoiada:** Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência. Disponível em <[http://media.wix.com/ugd/d27320\\_ad4\\_93\\_6f4ed4e41088be63d7bf571cf61.pdf](http://media.wix.com/ugd/d27320_ad4_93_6f4ed4e41088be63d7bf571cf61.pdf)>. Acesso em 13 de jul.2017.

como uma decisão praticada por qualquer pessoa capaz, independentemente de apoio<sup>50</sup>.

Segundo Pablo Stolze Gagliano,

“...pessoas com deficiência e que sejam dotadas de grau de discernimento que permita a indicação dos seus apoiadores, até então sujeitas a uma inafastável interdição e curatela geral, poderão se valer de um instituto menos invasivo em sua esfera existencial”<sup>51</sup>.

Para Tartuce, esse novo instituto tem a função de acréscimo ao regime de incapacidades, antes sustentado pela representação, pela assistência e pela curatela, senão vejamos:

Conforme o §1º do novo art. 1.783-A da codificação material, para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores. Desse termo devem constar, ainda, o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar<sup>52</sup>.

Isto é, a pessoa com deficiência e os apoiadores peticionarão conjuntamente ao juízo competente, apresentando termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar (§ 1º).

Após ouvido o Ministério Público, constitui etapa obrigatória do procedimento de tomada de decisão apoiada a oitiva da pessoa apoiada e dos apoiadores pelo juiz, que deverá estar assistido por equipe multidisciplinar (§ 3º).

---

<sup>50</sup> ALVIM, J. E. Carreira. **Tomada de decisão apoiada**. Disponível em: <http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia.pdf> Acesso em: 17 jul. 2017

<sup>51</sup> STOLZE, Pablo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência e Sistema de Incapacidade Civil**. Revista Jus Naveandi, Teresina, ano 20, n.4411, 30 jul. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41381/o-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-o-sistema-juridico-brasileiro-de-incapacidade-civil>>. Acesso em 10 jul. 2017.

<sup>52</sup> TARTUCE. Flávio. Direito Civil - Volume 5 - Direito de Família. 11. ed., Rio de Janeiro: Ed. GEN/ Forense, 2016. p. 261.



Constatando que o termo de apoio atende aos interesses da pessoa com deficiência, o juiz proferirá decisão homologatória. Daí em diante, a decisão tomada pela pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado (§ 4º).

Se o requerimento é feito pela própria pessoa com deficiência, conforme §2º do artigo que trata da tomada de decisão apoiada na codificação civil, nada mais natural do que a ela caber o direito potestativo de resilição unilateral. O mesmo não ocorre, contudo, em relação ao apoiador, cuja exclusão fica condicionado a manifestação do juiz (§10)<sup>53</sup>.

Isso demonstra o alicerce existente neste novo instituto, no qual reserva a liberdade do cidadão para solicitação de auxílio e indicação de seus assistentes.

Note-se que a tomada de decisão apoiada é medida cuja legitimidade ativa cabe somente ao sujeito que dela fará uso (artigo 1783-A, §2º), o que reforça o papel da autonomia do portador de transtorno mental. Possuirá apoiadores não porque lhe foram designados, mas porque assim o quis. Este respeito à autonomia do apoiado prossegue presente no próprio termo em que se faz o pedido do estabelecimento de tomada de decisão apoiada. Em tal termo, firmado pelo apoiado e pelos apoiadores, é necessário que “constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar” (artigo 1783-A, §1º). Destaque-se, portanto, que a tomada de decisão apoiada poderá ser diferente para cada sujeito, já que o termo que for apresentado é que especificará os limites do apoio<sup>54</sup>.

Outro ponto importante diz respeito à questão do conflito de interesses entre os apoiadores, na qual Rosenvald sugere que o estabelecimento de uma ordem de prioridade pode funcionar como um critério de solução. Entretanto, quando as divergências se dão entre a pessoa e seu(s) assistente(s), tem-se

---

<sup>53</sup> BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 22 de jul. 2017.

<sup>54</sup> REQUIÃO, M. **Conheça a tomada de decisão apoiada, novo regime alternativo à curatela**. Publicado em 14/09/2015. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/direito-civil-atual-conheca-tomada-decisao-apoiada-regime-alternativo-curatela>>. Acesso em: 24 de jul. 2017.

que, em negócios de menor monta prevalecerá a vontade do apoiado, podendo o apoiador registrar sua ideia em sentido contrário para evadir-se de futuras denúncias/acusações. Nessa senda, o §6º do dispositivo que consolida o instituto preceitua que, havendo risco real de prejuízo relevante do beneficiário, a decisão caberá ao juiz, após a oitiva do Ministério Público em cargo de fiscal da lei<sup>55</sup>.

Entretanto, quando as divergências se dão entre a pessoa e seus assistentes, tem-se que, em negócios de menor monta prevalecerá a vontade do apoiado, podendo o apoiador registrar sua ideia em sentido contrário para evadir-se de futuras denúncias/acusações. Nessa senda, o §6º do dispositivo que consolida o instituto preceitua que, havendo risco real de prejuízo relevante do beneficiário, a decisão caberá ao juiz, após a oitiva do Ministério Público em cargo de fiscal da lei.

A respeito da previsão legal acima, Ribeiro aponta que essa intervenção judicial é exceção, visto que a tomada de decisão apoiada é uma medida de aconselhamento e não de determinação. Isto é, enquanto procedimento facultativo, o indivíduo pode inicia-lo e finaliza-lo a qualquer momento, ainda que sem justificativa, podendo assim, expressar e exercer completamente a sua capacidade civil e determinar a imposição de sua vontade<sup>56</sup>.

Quando do desacerto entre apoiado e apoiador resultar de evento danoso praticado pelo último em prejuízo do primeiro, poderá ser feita denúncia perante o juiz ou o MP por qualquer pessoa (§7º). Se procedente, ocorrerá a destituição e se oportunizará a nomeação de outro apoiador, caso haja interesse do apoiado, nos termos do art. 1.783-A, §8º do CC/02. Caso contrário, optando por não designar novo apoiador, acredita-se que se dará a extinção da tomada

---

<sup>55</sup> ROSENVALD, N. **A Tomada de Decisão Apoiada**: Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência. Disponível em <[http://media.wix.com/ugd/d27320\\_ad4\\_93\\_6f4ed4e41088be63d7bf571cf61.pdf](http://media.wix.com/ugd/d27320_ad4_93_6f4ed4e41088be63d7bf571cf61.pdf)>. Acesso em 13 de jul.2017.

<sup>56</sup> RIBEIRO, I. P. **A civil da pessoa com deficiência intelectual**. In FIUZA, C. A. de C., DA SILVA NETO, O. N., e RODRIGUES JUNIOR, O. L. (Coord.). Direito Civil Contemporâneo II. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/oy1ux21y/8J38ic2GY5847PkM.pdf>>. Acesso em: 12 de jul. 2017.

de decisão apoiada, uma vez que a determinação legal fala na existência de dois apoiadores<sup>57</sup>.

Destaca-se que o objetivo da Tomada de Decisão Apoiada é prover a maior qualidade de vida à pessoa com deficiência, sendo o papel dos apoiadores se manter fiel ao termo levado a juízo.

Pablo Stolze Gagliano assevera que:

Ainda que, para atuar no cenário social, precise se valer de institutos assistenciais e protetivos como a tomada de decisão apoiada ou a curatela, a pessoa com deficiência deve ser tratada, em perspectiva isonômica, como legalmente capaz<sup>58</sup>.

Fato é que todas as mudanças visam atender aos interesses dos interditos porém, no que diz respeito à efetividade da aplicação, apenas o tempo poderá dizer se tais modificações propostas serão positivas ou se o exercício da curatela será um obstáculo jurídico seja para aqueles que dependem da medida ou para seus curadores/apoiadores. Flavio Tartuce ressalta que todas essas modificações demandarão um intenso exercício de hermenêutica que deverá ser guiado sempre pelo bom senso<sup>59</sup>.

## CONCLUSÃO

Pelo exposto, temos que houve um longo processo em busca de respeito e igualdade para que as pessoas com deficiência pudessem ser incluídas socialmente. A Lei de Inclusão, entrou em vigor proporcionando diversas

---

<sup>57</sup> REQUIÃO, M. **Conheça a tomada de decisão apoiada, novo regime alternativo à curatela.** Publicado em 14/09/2015. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/direito-civil-atual-conheca-tomada-decisao-apoiada-regime-alternativo-curatela>>. Acesso em 30 de jul. 2017.

<sup>58</sup> STOLZE, Pablo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência e Sistema de Incapacidade Civil.** Revista Jus Naveandi, Teresina, ano 20, n.4411, 30 jul. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41381/o-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-o-sistema-juridico-brasileiro-de-incapacidade-civil>>. Acesso em 13 jul. 2017.

<sup>59</sup> TARTUCE, Flávio. **É O FIM DA INTERDIÇÃO?** Artigo de Pablo Stolze Gagliano. Disponível em: <<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-de-pablostolzegagliano>>. Acesso em: 10 de set. 2016.

garantias aos portadores de deficiência, se tornando uma das maiores evoluções legislativas sobre o tema.

Uma das maiores novidades trazidas por essa nova legislação, diz respeito as mudanças que se estabeleceram na teoria da capacidade, hoje não existindo mais no Direito Brasileiro a figura do absolutamente incapaz. Por derradeiro, observa-se que as mudanças explanadas neste artigo objetivaram o aprimoramento do instituto e a viabilidade de permitir ao incapaz que tenha alguém que o represente sempre que não puder atuar sozinho, resguardando a dignidade da pessoa humana.

A criação pelo legislador da tomada de decisão apoiada representa um dos principais acertos da lei, visto que busca proteger juridicamente as pessoas com deficiência intelectual ou mental que conseguem manifestar sua vontade, garantindo a essas participação na vida civil. Assim, o reconhecimento da capacidade legal desses sujeitos é, portanto, uma importante conquista

Ocorre que, as alterações produzidas pela vigência do Estatuto da Pessoa com Deficiência e pelo NCPC, são recentes, carecendo de amadurecimento doutrinário e jurisprudencial, sendo debatidas no âmbito do atropelamento legislativo, conforme mencionado. Isto é, no que tange os conflitos entre a Lei nº 13.146/15 e a Lei nº 13.105/15, ainda é cedo para afirmar o que irá prevalecer.

Vemos que ainda existem muitas dúvidas e desafios a serem ultrapassados, mas o principal objetivo que é a proteção dos direitos humanos, agora se faz presente na Lei nº 13.146/2015, lei esta que regulamentou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pois ser diferente não significa ser absolutamente incapaz.

Com esse trabalho, buscou-se elencar as principais mudanças trazidas face ao advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Espera-se que esse trabalho possa servir como apoio para aqueles que desejarem informações

acerca das alterações no instituto, fornecendo importantes fontes para aqueles que buscam aprofundar ainda mais seu entendimento sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Celia Barbosa. **A flexibilização da curatela.** Uma interpretação constitucional do art. 1772 do CCB. In: Revista Trimestral de Direito Civil, v. 37. jan/mar, 2009.

ABREU, Célia Barbosa. **Primeiras Linhas sobre a Interdição após o Novo Código de Processo Civil.** 2015, Curitiba: Ed. CRV.

ALDERETE, C. M. **El sistema de apoyos en la toma de decisiones de las Personas con Discapacidad. Propuestas y comentarios.** Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/claudio-marcelo-alderete-sistema-apoyos-tomadecisiones-personas-discapacidad-propuestas-comentariosdacf150503-2015-0914/123456789-0abc-defg3050-51fcanirtcod>>. Acesso em: 30 de maio. 2017.

ALVIM, J. E. Carreira. **Tomada de decisão apoiada.** Disponível em: <http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia.pdf> Acesso em: 17 julho. 2016.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997.

ARAUJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm)>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/L13146.htm)>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

CHATT, Cidinei Bogo. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência e os aspectos jurídicos para sua efetivação.** Boletim Clubjus , v. IV.

COELHO, F. U. **A Pessoa Física.** In \_\_\_\_\_ (Org.). Curso de Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIDIER Jr. Fredie. **Editorial 187 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil de 2015 e Código Civil:** uma primeira reflexão. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-187/>>. Acesso em: 03 de set. 2017.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** Vol. 1. 18.ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio:** Uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. 2.ed., São Paulo: Giz Editora, 2008.

MAZZUOLI, Valério. **Direitos Humanos, cidadania e educação.** Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. Disponível em [www.jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2074](http://www.jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2074). Acesso em: 20 de jul. 2017.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Código Civil Comentado e Interpretado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2010.

MIRANDA, Pontes de. **Definição e espécies de curatela**. In Tratado de Direito Privado. 1. ed. Campinas: Bookseller, 2000, Parte Especial. Tomo IX. Direito de família: Direito parental. Direito Protetivo.

OLIVEIRA, Rogério Alvarez de. **O novo sistema de (in)capacidades e a atuação do MP na curatela**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-18/mp-debate-sistema-incapacidades-atuacao-mp-curatela>>. Acesso em: 19 de jul. 2017.

PEREIRA, C. M. da S. **Personalidade e direitos da personalidade**. In \_\_\_\_\_ (Org.). Instituições de Direito Civil: Introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. vol.1.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Lei 13.146 acrescenta novo conceito para capacidade civil**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-10/processo-familiar-lei-13146-acrescenta-conceito-capacidade-civil>>. Acesso em: 22 de jul. 2017.

PERLINGIERI, P. **Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

REQUIÃO, M. **Conheça a tomada de decisão apoiada, novo regime alternativo à curatela**. Publicado em 14/09/2015. Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-set-14/direito-civil-atual-conheca-tomada-decisao-apoiada-regime-alternativo-curatela>>. Acesso em: 30 de jul.2017.

RIBEIRO, I. P. **A civil da pessoa com deficiência intelectual**. In FIUZA, C. A. de C., DA SILVA NETO, O. N., e RODRIGUES JUNIOR, O. L. (Coord.). Direito Civil Contemporâneo II. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/oy1ux21y/8J38ic2GY5847PkM.pdf>>. Acesso em: 12 de julho. 2017.

ROSENVALD, Nelson. **A tomada da decisão Apoiada**. Disponível em:<<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-tomada-da-decisao-apoiada/15956>> Acesso em: 20 jul. 2017.

ROSENVALD, Nelson. **Em 11 perguntas e respostas**: tudo que você precisa para conhecer o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=1480153702302318&id=1407260712924951&substory\\_index=0](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1480153702302318&id=1407260712924951&substory_index=0)>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

ROSENVALD, N. **A Tomada de Decisão Apoiada**: Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência. Disponível em <[http://media.wix.com/ugd/d27320\\_ad4936f4ed4e41088be63d7bf571cf61.pdf](http://media.wix.com/ugd/d27320_ad4936f4ed4e41088be63d7bf571cf61.pdf)>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

SARMENTO, Eduardo Sócrates Castanheira. **A Interdição no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p.1.

SCHREIBER, A. **A Marcha Infinita da Personalidade**. In\_\_\_\_\_ (Org.). Direitos da Personalidade. São Paulo: Atlas, 2013. p.219.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem de hoje. São Paulo: Cedas, 1987. p. 226.

SIMÃO, José Fernando. **ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CAUSA PERPLEXIDADE (Parte I)**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-ago-06/jose-simao-estatuto-pessoa-deficiencia-causa-perplexidade>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

STOLZE, Pablo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência e Sistema de Incapacidade Civil**. Revista Jus Navegandi, Teresina, ano 20, n.4411, 30 jul. 2015. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/41381/oestatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-o-sistema-juridicobrasileiro-de-incapacidade-civil>>. Acesso em: 13 jul. 2017.



TARTUCE, Flávio. **O novo CPC e o Direito Civil-Impactos, Diálogos e Interações**. São Paulo: Método, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Alterações do Código Civil pela lei 13.146/2015** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Repercussões para o Direito de Família e Confrontações com o Novo CPC. Parte II. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI225871,51045Alteracoes+do+Código+Civil+pe+la+lei+131462015+Estatuto+da+Pessoa+com>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil -Volume 5-Direito de Família. 11. ed., Rio de Janeiro: Ed. GEN/ Forense, 2016.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil -Volume 1-Lei de Introdução e Parte Geral. 9. ed., São Paulo: Ed. GEN / Método, 2013.

TARTUCE, Flávio. **É O FIM DA INTERDIÇÃO?** Artigo de Pablo Stolze Gagliano. Disponível em: <<http://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-depablostolzegagliano>>. Acesso em: 11 de jul. 2017.